



TIPO DOC  
Decreto

Nº DOC  
6.261/2020

Nº DIÁRIO  
DOM3064

DATA PUBLICAÇÃO  
04/06/2020

**DECRETO N º 6.261, DE 03 DE JUNHO DE 2020.**

***DISCIPLINA MEDIDAS ADICIONAIS E TEMPORÁRIAS DE COMBATE E PREVENÇÃO À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) DURANTE O PERÍODO JUNINO.***

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, XII, da Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO** a declaração de pandemia por conta do novo Coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal 6.199, de 17 de março de 2020, que disciplina medidas temporárias de combate e prevenção à pandemia do Coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** a notória superlotação das instituições hospitalares públicas e privadas;

**CONSIDERANDO** a possibilidade de intoxicação por fumaça e acidentes causados por fogo;

**CONSIDERANDO** que é desaconselhável, de acordo com os órgãos vinculados ao sistema de saúde, qualquer medida que possa comprometer a eficácia do isolamento social;

**CONSIDERANDO** as naturais aglomerações presentes no período junino, em celebrações e fogueiras promovidas em espaços públicos ou privados.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Ficam proibidas, em todo território municipal, a partir da publicação deste Decreto, enquanto perdurar a situação de calamidade pública, as seguintes atividades:

- I - conceder alvarás para barracas de vendas de fogos de artifício;
- II - comercializar fogos de artifício;
- III - acender fogueiras em espaços públicos e privados; e
- IV - queimar e soltar fogos de artifício em espaços públicos e privados.

**Parágrafo único.** Os órgãos licenciadores municipais deverão suspender os alvarás que foram concedidos antes da publicação deste Decreto.

**Art. 2º.** A fiscalização acerca do cumprimento das disposições constantes no presente Decreto ficará a cargo dos fiscais da SEMUR, Guarda Municipal e Polícia Militar.

**Art. 3º.** O descumprimento do presente Decreto sujeitará o infrator às penalidades de multa prevista no **Decreto Estadual nº 29.668, de 04 de Maio de 2020**, sem prejuízo de representação ao Ministério Público Estadual para apuração da prática do crime previsto no **Art. 268 do Código Penal**.

**Art. 4º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**ROSANO TAVAEIRA DA CUNHA**

Prefeito